

A A C C
 A V C A n c 8

Governo ameaça aumentar impostos se anistia for aprovada

Hélio Nagamine

Da Sucursal de Brasília

O governo federal trabalha com três alternativas de medidas a serem adotadas, caso o Congresso Constituinte aprove a anistia da correção monetária para as dívidas contraídas por micro e pequenos agricultores e empresários durante a vigência do Plano Cruzado: realizar novos cortes nos programas sociais e nos investimentos, aumentar os impostos ou elevar a emissão de títulos da dívida pública, elevando o déficit público. A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no Palácio do Planalto, depois de cerca de três horas de reunião com o presidente José Sarney.

De acordo com Mailson, o Tesouro Nacional será o principal afetado com a anistia da correção monetária proposta numa fusão de emendas apresentadas pelos constituintes Humberto Souto (PFL-MG), Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Ziza

Valadares (sem partido-MG). Isso porque, 80% dos recursos emprestados, principalmente aos produtores rurais, são originários direta ou indiretamente do Tesouro. O ministro reafirmou que a proposta original apresentada pelos constituintes representava um perdão de US\$ 10 bilhões para agricultores e empresários. A fusão das emendas, porém, deverá reduzir bastante o que o ministro chamou de "nível de benesses".

Mailson contestou de forma veemente a tese apresentada pelos produtores rurais de que a cobrança de correção monetária sobre empréstimos seria ilegal. "Isto é uma asneira", reagiu o ministro, para completar: "Se acabarmos com a correção monetária, vamos inviabilizar o sistema de financiamento à agricultura através de cooperativas e tornar inviável a caderneta de poupança rural. O governo não tem condições de gerar recursos". Ele considerou a anistia da correção

uma medida questionável do ponto de vista moral, na medida em que qualquer trabalhador poderia passar, de agora em diante, a pedir a eliminação da correção sobre suas prestações da casa própria. E ironizou: "Por que só os felizes tomadores de empréstimos agrícolas têm direito a fazer o seu lobby?"

Outro argumento levantado pelo ministro contra o perdão é de que o ônus da decisão recairá também sobre os bancos oficiais e estaduais. "A anistia prejudicará principalmente bancos estaduais das regiões menos desenvolvidas", afirmou. E adiantou que a dívida dos produtores e empresários para com um banco estadual nordestino (ele não revelou qual), que poderia ser perdoada pelos constituintes, equivale a três vezes o seu patrimônio líquido.

Mailson recusou-se a comentar a virtual decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) de considerar inconstitucional o decreto que suspendeu por dois meses a URP.

Entidades rurais descartam o calote

Da Reportagem Local
e da Sucursal de Brasília

Cerca de 200 representantes de Sindicatos Rurais reunidos ontem à tarde na Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) decidiram que uma proposta de política agrícola será formulada e entregue ao governo federal até o final do mês. Durante a reunião — que durou cinco horas e meia, terminando às 19h15 —, os agricultores chegaram à conclusão de que não são suficientes as ações na Justiça exigindo isenção de correção monetária nos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado. "Temos que propor uma nova política agrícola para o país", disse o presidente da Faesp, Fábio de Salles Meirelles.

Segundo Meirelles a proposta terá três pontos principais. O primeiro

será com relação à cobrança de correção monetária nos empréstimos feitos para o setor agrícola. "Não vamos pedir a extinção pura e simples da correção", disse, "mas vamos sugerir alternativas." O segundo aspecto será referente às ações que já estão na Justiça, pedindo o não pagamento da correção. Durante a reunião, ficou decidido que seria sugerida alguma "solução intermediária", com vários agricultores repetindo que "não será o caso de dar um calote nos bancos". Finalmente, os agricultores propõem mais financiamento real e direto para o setor.

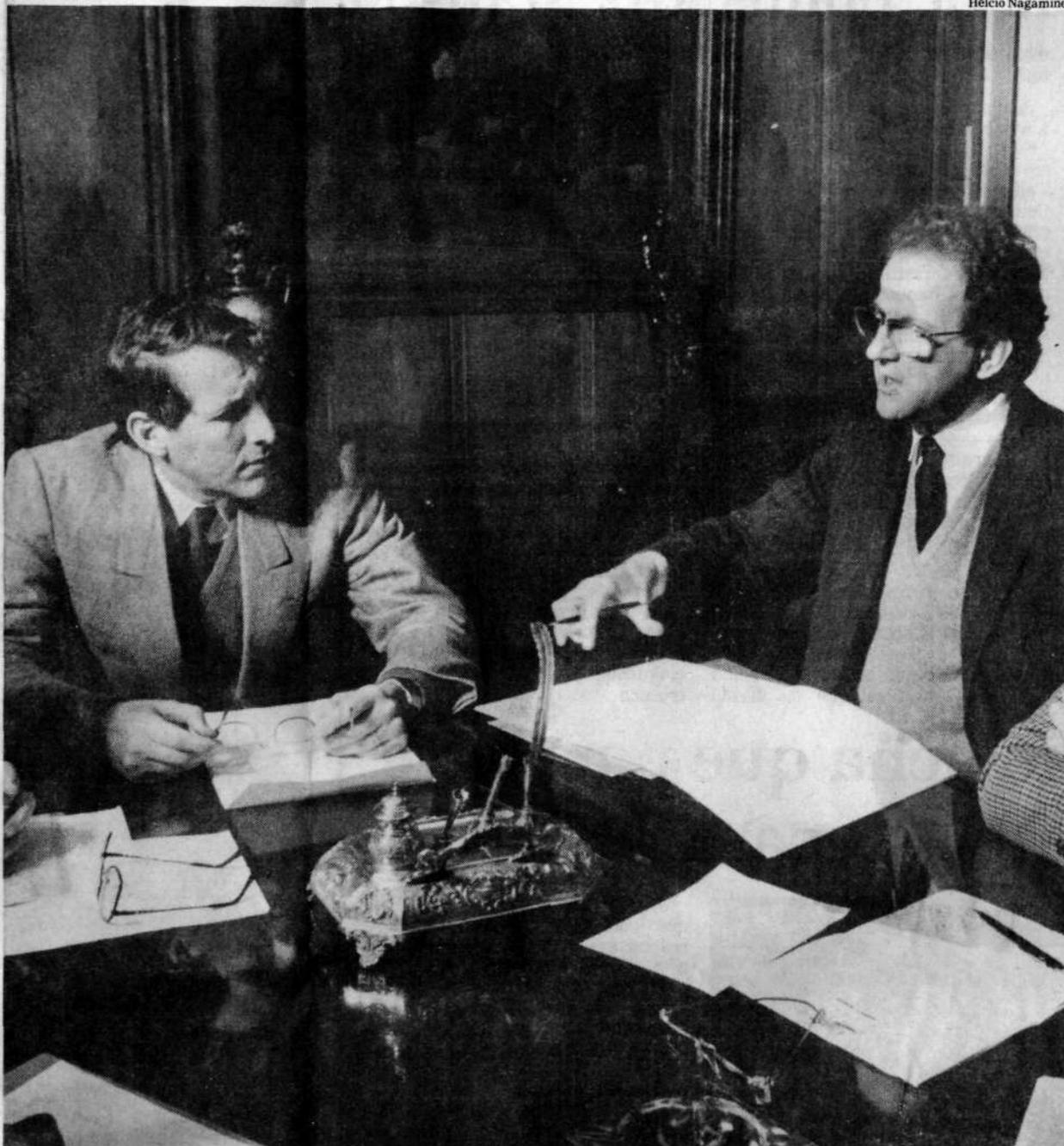
Também participaram da reunião de ontem, o secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Antonio Tidei de Lima, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, e o presidente da Sociedade Rural

Brasileira (SRB), Flavio Teles de Menezes. Por aclamação, ficou decidido que a Faesp, a SRB, a OCB, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a União Democrática Ruralista (UDR) coordenarão o processo de elaboração da nova política agrícola.

Os sindicatos rurais de todo o país terão cinco dias, a contar de hoje, para enviar subsídios para as entidades.

Encontro

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, encontrou-se ontem com o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, para discutir a questão da anistia aos débitos de microempresários.



O governador Quéricia durante reunião com os secretários da Fazenda, Campos Filho, e o de Obras, Oswaldo Leiva